

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu Sicredi Araxingu

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	1.062.882	864.029	CIRCULANTE	749.984	578.825
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.780	5.172	DEPÓSITOS (NOTA 11)	203.811	113.481
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	322.561	208.267	Depósitos à Vista	147.590	104.690
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7	8	Depósitos Interfinanceiros	51.332	3.202
Depósitos no Banco Central	-	687	Depósitos a Prazo	4.889	5.589
Correspondentes no país	65	60	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	469.025	410.179
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	322.489	207.512	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	706.727	625.887	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	469.025	410.158
Operações de Crédito	747.114	663.304	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.138	952
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(40.387)	(37.417)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.138	952
OUTROS CRÉDITOS	25.832	20.598	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	31.747	19.391
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	879	2.973	Empréstimos País - Outras Instituições	31.747	19.391
Rendas a Receber	2.547	2.041	OUTRAS OBRIGAÇÕES	44.263	34.822
Diversos (NOTA 06 e 07)	23.692	17.213	Cobrança e Arrecadação de Tributos	294	305
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.286)	(1.629)	Sociais e Estatutárias	4.717	3.873
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3.982	4.105	Fiscais e Previdenciárias	1.349	1.230
Outros Valores e Bens	4.423	4.060	Diversas (NOTA 14)	37.903	29.414
(Provisão para desvalorização)	(449)	(592)			
Despesas Antecipadas	8	637			
NÃO CIRCULANTE	275.190	158.907	NÃO CIRCULANTE	329.518	229.445
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.062	710	DEPÓSITOS (NOTA 11)	202.680	160.646
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.062	710	Depósitos a Prazo	202.680	160.646
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	219.827	111.669	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	103.675	22.474
Operações de Crédito	238.243	124.474	Repasse Interfinanceiros	103.675	22.474
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(18.416)	(12.805)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	23.163	46.325
OUTROS CRÉDITOS	1.642	1.638	Empréstimos País - Outras Instituições	23.163	46.325
Diversos (NOTA 06 e 07)	1.785	1.686			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(143)	(48)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	27.881	27.881	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	258.570	214.666
Outros Investimentos	27.881	27.881	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	119.904	106.522
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	19.549	12.778	De Domiciliados no País	120.225	106.567
Imóveis de Uso	8.414	7.964	(Capital a Realizar)	(321)	(45)
Outras Imobilizações de Uso	18.497	10.892	RESERVAS DE SOBRAS	124.988	96.805
(Depreciação acumulada)	(7.362)	(6.078)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	5.229	4.231	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	13.678	11.339
Outros Ativos Intangíveis	10.556	8.487			
(Amortização acumulada)	(5.327)	(4.256)			
TOTAL DO ATIVO	1.338.072	1.022.936	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.338.072	1.022.936

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	73.200	-	73.200	142.830	-	142.830	125.251	-	125.251
Operações de Crédito	73.171	-	73.171	142.776	-	142.776	125.241	-	125.241
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	29	-	29	52	-	52	10	-	10
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	2	-	2	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(44.466)	(222)	(44.688)	(78.002)	(427)	(78.429)	(79.997)	(2.922)	(82.919)
Operações de Captação no Mercado	(7.625)	(25)	(7.650)	(12.995)	(46)	(13.041)	(14.424)	(27)	(14.451)
Operações de Empréstimos e Repasses	(19.699)	(197)	(19.896)	(41.208)	(381)	(41.589)	(43.468)	(2.895)	(46.363)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.142)	-	(17.142)	(23.799)	-	(23.799)	(22.105)	-	(22.105)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.734	(222)	28.512	64.828	(427)	64.401	45.254	(2.922)	42.332
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.322)	5.343	(8.979)	(23.552)	9.943	(13.609)	(8.478)	6.904	(1.574)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.831	8.263	13.094	9.734	15.462	25.196	8.570	10.991	19.561
Rendas de Tarifas Bancárias	3.538	-	3.538	6.922	-	6.922	6.554	-	6.554
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.222)	(1.221)	(16.443)	(29.916)	(2.250)	(32.166)	(26.753)	(1.839)	(28.592)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(9.648)	(1.102)	(10.750)	(17.974)	(1.960)	(19.934)	(16.986)	(1.462)	(18.448)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(38)	(394)	(432)	(73)	(715)	(788)	(90)	(495)	(585)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	15.849	637	16.486	29.774	712	30.486	34.340	435	34.775
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(13.632)	(840)	(14.472)	(22.019)	(1.306)	(23.325)	(14.113)	(726)	(14.839)
RESULTADO OPERACIONAL	14.412	5.121	19.533	41.276	9.516	50.792	36.776	3.982	40.758
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(15)	78	63	(48)	92	44	695	427	1.122
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.397	5.199	19.596	41.228	9.608	50.836	37.471	4.409	41.880
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	591	591	-	14	14	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	356	356	-	25	25	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	235	235	-	(11)	(11)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	14.397	5.790	20.187	41.228	9.622	50.850	37.471	4.409	41.880
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	9.622	(9.622)	-	4.409	(4.409)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	14.397	5.790	20.187	50.850	-	50.850	41.880	-	41.880
DESTINAÇÕES	-	-	-	(37.172)	-	(37.172)	(30.541)	-	(30.541)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.035)	-	(7.035)	(6.879)	-	(6.879)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.954)	-	(1.954)	(1.620)	-	(1.620)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(23.448)	-	(23.448)	(19.437)	-	(19.437)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(4.735)	-	(4.735)	(2.605)	-	(2.605)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	13.678	-	13.678	11.339	-	11.339

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu

CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	96.700	74.763	6.905	178.368
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.780)	(6.780)
Outras destinações	-	-	(125)	(125)
Capital de associados				
Aumento de capital	9.038	-	-	9.038
Baixas de capital	(5.590)	-	-	(5.590)
Resultado do período	-	-	41.880	41.880
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.620)	(1.620)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.437	(19.437)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.374	-	(6.879)	(505)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.605	(2.605)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	106.522	96.805	11.339	214.666
Mutações do Período	9.822	22.042	4.434	36.298
Saldos no início do período em 01/01/2018	106.522	96.805	11.339	214.666
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(11.144)	(11.144)
Outras destinações	-	-	(195)	(195)
Capital de associados				
Aumento de capital	13.491	-	-	13.491
Baixas de capital	(6.601)	-	-	(6.601)
Resultado do período	-	-	50.850	50.850
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.954)	(1.954)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.448	(23.448)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.492	-	(7.035)	(543)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.735	(4.735)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	119.904	124.988	13.678	258.570
Mutações do Período	13.382	28.183	2.339	43.904
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	110.089	96.805	30.663	237.557
Capital de associados				
Aumento de capital	6.713	-	-	6.713
Baixas de capital	(3.390)	-	-	(3.390)
Resultado do período	-	-	20.187	20.187
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.954)	(1.954)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.448	(23.448)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.492	-	(7.035)	(543)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.735	(4.735)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	119.904	124.988	13.678	258.570
Mutações do Período	9.815	28.183	(16.985)	21.013

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	29.738	60.092	49.746
Resultado do semestre/exercício	20.187	50.850	41.880
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.551	9.242	7.866
Provisão para operações de crédito	10.004	8.581	5.469
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(143)	(143)	(880)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	330	(248)	1.276
Depreciação do imobilizado de uso	858	1.687	1.590
Amortização do intangível	564	1.071	1.041
Baixas do ativo permanente	150	250	610
(Reversão) para passivos contingentes	(27)	(33)	(5)
Destinações ao FATES	(1.954)	(1.954)	(1.620)
Dividendos SicrediPar	(231)	31	385
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(52.374)	69.262	(121.415)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(329)	(352)	(710)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	-	-	6
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.322	1	14
(Aumento) Redução em créditos vinculados	529	688	(688)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	173	(5)	5
(Aumento) em operações de crédito	(191.704)	(197.579)	(287.364)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	135.135	140.046	189.383
(Aumento) em outros créditos	(3.821)	(5.020)	(8.623)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(126)	266	2.073
Aumento em depósitos	7.564	132.365	48.833
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(331)	186	68
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(11.487)	(10.807)	(72.261)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(681)	(1.402)	(986)
Aumento em outras obrigações	10.382	10.875	8.835
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(22.636)	129.354	(71.669)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.464)	(8.708)	(3.353)
Aplicações no Intangível	(704)	(2.069)	(1.142)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(7.168)	(10.777)	(4.495)
Integralização de capital	6.713	13.491	9.038
Baixa de capital	(3.390)	(6.601)	(5.590)
Juros ao capital próprio	(543)	(543)	(505)
Distribuição de Sobras	-	(11.339)	(6.905)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.780	(4.992)	(3.962)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(27.024)	113.585	(80.126)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	353.293	212.684	292.810
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	326.269	326.269	212.684

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/03/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	3.780	5.172
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	322.489	207.512
Total	326.269	212.684

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.062	710
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.062	710
Total não circulante	1.062	710

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	153.731	66.059	219.790	198.002
Financiamentos	92.644	28.986	121.630	75.329
Financiamentos rurais e agroindustriais	500.739	143.198	643.937	514.447
Carteira total	747.114	238.243	985.357	787.778

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	879	-	879	2.973
Devedores por compra de valores e bens	1.210	1.783	2.993	2.811
Títulos e créditos a receber (i)	18.184	2	18.186	11.659
Total	20.273	1.785	22.058	17.443

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	425	-	-	-
Nível A	0,50	206.500	96.996	1.033	485
Nível B	1,00	440.978	339.858	4.410	3.957
Nível C	3,00	257.506	265.619	7.724	7.969
Nível D	10,00	44.527	44.879	4.453	4.488
Nível E	30,00	8.599	18.280	2.580	5.484
Nível F	50,00	9.725	19.179	4.863	9.590
Nível G	70,00	13.286	1.614	9.300	1.130
Nível H	100,00	25.869	18.796	25.869	18.796
Total		1.007.415	805.221	60.232	51.899

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018					2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	11.434	50.734	134.596	59.620	256.384	215.648
Rural	3.080	49.216	448.443	143.198	643.937	514.447
Industrial	62	581	1.485	2.882	5.010	2.292
Comércio	634	19.121	26.306	20.096	66.157	47.966
Outros Serviços	569	8.431	12.695	14.232	35.927	24.868
Total	15.779	128.083	623.525	240.028	1.007.415	805.221

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	97.153	9,64	80.525	10,00
50 devedores seguintes	203.134	20,16	176.200	21,88
100 devedores seguintes	208.307	20,68	160.689	19,96
Demais	498.821	49,52	387.807	48,16
Total	1.007.415	100	805.221	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	51.899	45.154
Constituição de provisão	23.799	22.105
Movimentação de baixados para prejuízo	(15.466)	(15.360)
Saldo final	60.232	51.899

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.693 (2017 - R\$ 5.126), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 42.237 (2017 - R\$ 29.215).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	104	118
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.221	1.942
Devedores por compra de valores e bens	1.210	1.127
Devedores por depósitos em garantia	636	954
Impostos e contribuições a compensar	662	606
Títulos e créditos a receber	18.184	11.657
Valores honrados	-	21
Cotas de consórcio	131	15
Operações com cartões	400	51
Pendências a regularizar	62	12
Outros	82	710
Total Circulante	23.692	17.213

Devedores por compra de valores e bens	1.783	1.684
Títulos e créditos a receber	2	2
Total não circulante	1.785	1.686

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	4.423	4.060
Imóveis	3.792	3.314
Veículos e afins	65	100
Máquinas e equipamentos	-	80
Bens em regime especial	566	566
Despesas antecipadas	8	637
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(449)	(592)
Total Circulante	3.982	4.105

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 449 (2017 - R\$ 592) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	13.566	13.566
Sicredi Participações S.A.	14.313	14.313
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	27.881	27.881

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	4.648.673 ON	4.648.673 ON	2	2	13.565.696	13.565.696
	9.664.723 PN	9.664.723 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,63%	1,64%	1,24%	1,22%	11,55%	11,55%
Capital social	880.597	874.847	164	164	117.452	117.452
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	123.287	122.876
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	1.057	654
Valor do investimento	14.313	14.313	2	2	13.566	13.566

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	26.911	(7.362)	19.549	12.778
Imobilizações em curso	-	7.539	-	7.539	763
Terrenos	-	1.954	-	1.954	1.504
Edificações	4%	6.460	(1.279)	5.181	5.448
Instalações	10%	2.363	(1.420)	943	1.154
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.570	(1.785)	1.785	1.863
Sistema de comunicação	10%	109	(36)	73	54
Sistema de processamento de dados	20%	4.166	(2.567)	1.599	1.574
Sistema de segurança	10%	316	(172)	144	155
Sistema de transporte	20%	434	(103)	331	263

Intangível (i)	10.556	(5.327)	5.229	4.231
Investimentos Confederação	10.556	(5.327)	5.229	4.231

Total	37.467	(12.689)	24.778	17.009
--------------	---------------	-----------------	---------------	---------------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	147.590	-	-	147.590	104.690
Depósitos Interfinanceiros	-	51.332	-	51.332	3.202
Depósitos a prazo	3.790	1.099	202.680	207.569	166.235
Total	151.380	52.431	202.680	406.491	274.127

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	463.400	408.098
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	463.400	408.098
Outros Recursos	5.625	2.060
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.625	2.060
Total circulante	469.025	410.158
Recursos do Crédito Rural	103.675	22.474
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	103.675	22.474
Total não circulante	103.675	22.474

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 31/01/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	31.747	19.391
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	8.056	7.091
Outras instituições	23.691	12.300
Total circulante	31.747	19.391
Empréstimos no País - outras instituições	23.163	46.325
Outras instituições	23.163	46.325
Total não circulante	23.163	46.325

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Obrigações por convênios oficiais	9	8
Provisão para pagamentos a efetuar	7.269	6.415
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	439	472
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	9.317	8.125
Pendências a regularizar	77	44
Operações com cartões	18.281	11.488
Demais fornecedores	818	410
Credores diversos	1.693	2.452
Total circulante	37.903	29.414

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	212	16	(138)	90
Cível	260	330	(241)	349
Total	472	346	(379)	439

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	90	212
Cível	Provável	349	260
Total		439	472

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 254; R\$ 299; R\$ 442 (2017 - R\$ 254, R\$ 205 e R\$ 287), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 0012/2017, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento do tributo ISSQN. O processo encontra-se em fase impugnação e tramita na Secretaria de Finanças do Município de Barra do Garças, atingindo o valor de R\$ 442, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	119.904	106.522
Total de associados	31.747	28.503

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.382 (2017 – R\$ 9.822), sendo R\$ 6.492 (2017 – R\$ 6.374) via integralização de resultados e R\$ 13.491 (2017 – R\$ 9.038), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.601 (2017 – R\$ 5.590).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.035, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	50.836	41.880
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(21.351)	(17.590)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	16	-
Provisão resgate de milhas cartão	49	21
Provisão PPR	(78)	61
Receita com atos cooperativos	17.316	15.738
Juros sobre capital próprio	2.955	2.889
Outros	1.107	(1.119)
Subtotal	21.365	17.590
IRPJ e CSLL registrados no resultado	14	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.062	710
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	322.489	207.512
Outros Créditos - Rendas a receber	1.851	1.319
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	485	1.818
Despesas antecipadas (Nota 08)	-	606
Investimentos (Nota 09)	27.881	27.881
Intangível (Nota 10)	5.229	4.231
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	51.332	3.202
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	572.700	432.632
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	54.910	65.716
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	18.393	11.346
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	52	10
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	10.113	7.257
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	21.011	30.900
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	60	322
Operações de Empréstimos e Repasses	41.589	46.363
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.181	1.955
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	10.607	9.536

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	155	0,11%	348
Depósitos a prazo	282	0,14%	330
Operações de crédito	3.773	0,38%	4.292

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.011	3.403

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	890	820
Despesa de aluguéis	1.471	1.371
Despesa de comunicação	983	890
Despesa de manutenção e conservação	1.224	1.151
Despesa de material	413	399
Despesa processamento dados	436	366
Despesa de promoções e relações públicas	2.334	2.163
Despesa de propaganda e publicidade	160	123
Despesa de seguro	53	60
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.558	1.500
Despesa de serviços de terceiros	589	634
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.124	1.085
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.179	1.026
Despesa de serviços de transportes	1.916	1.609
Despesa de viagem	451	643
Despesa de depreciação	1.686	1.590
Outras despesas administrativas	3.467	3.018
Total	19.934	18.448

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.710	1.439
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	20.302	29.969
Reversão de provisões operacionais	6.341	1.592
Outras rendas operacionais	2.133	1.775
Total	30.486	34.775

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	836	576
Contribuições Cooperativistas	131	121
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.326	574
Contribuição Confederação Sicredi	6.277	5.548
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.459	1.259
Encargos da administração financeira	136	167
Repasse administradora de Cartões	313	555
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.071	1.041
Outras provisões operacionais	7.007	2.772
Outras despesas operacionais	4.769	2.226
Total	23.325	14.839

NOTA 22 – COBRIGACÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	239.561	219.706
Total	239.561	219.706

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

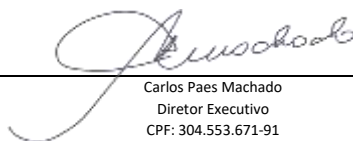
As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

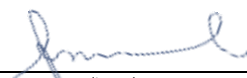
Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	253.341	211.793
Nível I (NI)	253.341	211.793
Capital principal - CP	253.341	211.793
Capital social	119.904	106.522
Reservas de capital	124.988	96.805
Lucros acumulados	13.678	11.339
Ajustes Prudenciais	(5.229)	(2.873)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.305.750	1.064.275
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	821	204
Margem de Capital (i)	115.416	99.840
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,40%	19,90%
Situação de Imobilização (Imob)	19.551	14.138
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,72%	6,68%

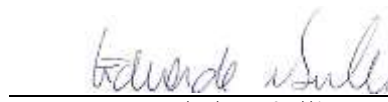
(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.


Carlos Paes Machado
Diretor Executivo
CPF: 304.553.671-91


Jandira Kuhn Esteves
Diretora de Operações
CPF: 460.709.661-04


Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

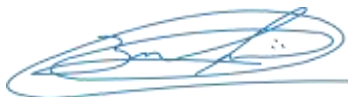
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Canarana / MT, 19 de fevereiro de 2019.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,



Lucas Trentin Zandona
Conselheiro



Nilsa Raquel Dias
Conselheira



Vilson Rogério Rockenbach
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
Canarana - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9